

STJ00114304

LEONARDO PETER DA SILVA

Justiça Digital SUSTENTÁVEL

PROCESSO ELETRÔNICO E AGENDA 2030



DIALÉTICA
EDITORA

Copyright © 2021 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2021 by Leonardo Peter da Silva.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Capa: Gustavo Araújo
Diagramação: Thiago Gentil
Revisão: Responsabilidade do autor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586j Silva, Leonardo Peter da.
 Justiça Digital Sustentável : Processo Eletrônico e Agenda 2030 /
 Leonardo Peter da Silva. -- Belo Horizonte : Editora Dialética, 2021.
 168 p.

 Inclui bibliografia.
 ISBN 978-65-5956-985-4

 1. Justiça Digital. 2. Sustentabilidade. 3. Processo Eletrônico I. Silva,
 Leonardo Peter da. II. Título.

CDD 340

CDU 34

Ficha catalográfica elaborada por Mariana Brandão Silva CRB-1/3150



DIALÉTICA
EDITORA

📍 /editoradialetica
📧 @editoradialetica
🌐 www.editoradialetica.com

SUMARIO

INTRODUÇÃO, 15

1. ACESSO À JUSTIÇA E SUSTENTABILIDADE, 21

1.1. ACESSO À JUSTIÇA: NOÇÕES PROPEDÊUTICAS, 21

1.2. DESAFIOS AO ACESSO À JUSTIÇA, 27

1.3. ACESSO ELETRÔNICO À JUSTIÇA, 34

1.4. VANTAGENS DO PROCESSO ELETRÔNICO PARA O ACESSO À JUSTIÇA, 36

1.4.1. Funcionamento Ininterrupto, 36

1.4.2. Desterritorialização, 37

1.4.3. Instantaneidade, 38

1.4.4. Automação de Procedimentos, 39

1.4.5. Acesso Remoto – Possibilidade de Teletrabalho, 40

1.5. DESAFIOS DO PROCESSO ELETRÔNICO PARA CONCRETIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA, 41

1.5.1. Falta de infraestrutura do sistema elétrico, de telefonia e de transmissão de dados, 41

1.5.2. Disponibilidade dos sistemas limitada e sem padronização, 43

1.5.3. Limitações dos ativos de tecnologia e de formação dos usuários, 44

1.5.4. Diversidade de sistemas e de requisitos para acesso, 45

1.5.5. Imposição de requisitos não previstos na legislação para o exercício de direitos, 46

1.6. DO ACESSO À JUSTIÇA AO ACESSO SUSTENTÁVEL À JUSTIÇA, 47

1.6.1. A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 47

1.6.2. A Agenda 2030 e o acesso eletrônico à justiça, 49

2. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO, 61

2.1. MODELOS DE PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO, 61

2.2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO PROCESSO ELETRÔNICO, 66

2.3. RESOLUÇÃO CNJ Nº 185, DE 2013, 67

2.4. ACÓRDÃOS 1534/2019 E 2332/2019 DO TCU – DEFINIÇÃO PELO PJE, 76

2.5. RESOLUÇÃO CNJ Nº 335, DE 2020, 86

2.6. REALIDADE DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO, 92

2.7. O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19, 94

3. A PJE SOB A PERSPECTIVA DO USUÁRIO, 99

3.1. RECORTE DA PESQUISA APLICADA, 99

3.2. ESTADO DA ARTE – ANÁLISE DOS DADOS E ESTATÍSTICAS, 101

3.2.1. Bloco 1: Segurança no Pje, 101

3.2.2. Bloco 2: Nível de satisfação com o Pje, 104

3.3. DADOS COLETADOS JUNTO À OUVIDORIA DO CNJ, 117

4. ACESSO SUSTENTÁVEL À JUSTIÇA NO BRASIL - LIMITES E POSSIBILIDADES, 121

**4.1. INVENTÁRIOS DE PROBLEMAS (DIAGNOSES) E PROPOSTAS DE SOLUÇÕES (PROG-
NOSES), 121**

4.1.1. CRIAÇÃO DE UM PORTAL ÚNICO DO PODER JUDICIÁRIO (“JUS.BR”), 121

4.1.2. Padronização da Disponibilidade do Sistema, 125

4.1.3. Acessibilidade Digital, 127

4.2. PROPOSTA REGULAMENTAÇÃO, 128

4.2.1. Produto Final, 129

CONCLUSÃO, 135

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 139

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE PESQUISA, 147

APÊNDICE B - DADOS SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PJE (2020), 151

APÊNDICE C - INFORMAÇÕES COLETADAS JUNTO À OUVIDORIA DO CNJ, 163

APÊNDICE D - DECISÃO DE INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE INFORMAÇÕES JUNTO AO TJDFT, 165